



A Construção da Angolanidade através da Comunicação Audiovisual¹

Ledson de Oliveira Chagas²

Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA

Resumo

Este trabalho foi desenvolvido com uma Bolsa PIBIC/UFBA e integra o projeto *Etnicidades: entre Bahia e Angola*, orientado pela Prof^a Dr^a Eneida Leal Cunha. Tem como objetivo fazer uma análise de imagens e discursos da identidade nacional angolana construída através de dois produtos audiovisuais: o documentário *Para não esquecer Angola* (2005) e o programa de TV *Nação Coragem* (2002). Nesses produtos são tematizados dois importantes eventos da história contemporânea angolana: a Guerra de Independência (1961 a 1975) e a guerra interna, ocorrida entre o governo nacional do MPLA e a dissidência político-militar da UNITA (1975 a 2002), no contexto da Guerra Fria.

Palavras-chave: Angola; identidade nacional; documentário; televisão

Introdução

Segundo o jovem escritor e diretor cinematográfico angolano Ondjaki, a guerra “é e será uma espécie de textura da nação ainda por alguns anos (...). Qualquer nação, enquanto corpo social, leva décadas a sarar e se recuperar de um conflito com a multiplicidade e a dimensão que o nosso teve” (ONDJAKI, 2006 *apud* MURARO, 2006, p. 95/96). A metáfora da “textura”, sugerida por Ondjaki, pode ser interpretada em seu sentido de *trama*, de *tecido*, de emaranhado de discursos e marcas físicas que moldam muitas das referências feitas a *Angola*, a ser *angolano*, ao significado em uso corrente para esses termos.

Essa textura tem uma dimensão manifesta, originada nos 41 anos de conflito que varreram e, de certa forma, criaram o país (de 1961 a 2002). E outra dimensão, mais latente, com origem na totalidade dos 493 anos (de 1482 a 1975) de relações entre várias forças sociais que, no presente, se nos apresentam como Angola e Portugal. Histórias, mitos, violências, ódios, desejos, conveniências, interesses, subjugações, alianças, traições. Situações. Tudo isso ainda se faz presente no entorno das decisões

¹ Trabalho apresentado ao Intercom Junior, na Divisão Temática de Comunicação Audiovisual, do XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste.

² Estudante de Graduação, 7º período do Curso de Comunicação – habilitação em Jornalismo. Este trabalho foi desenvolvido com uma Bolsa PIBIC-UFBA/Projeto *Etnicidades: entre Bahia e Angola*, orientado pela Prof^a Dr^a Eneida Leal Cunha. E-mail: ledsonchagas@gmail.com



políticas dos gestores do país, das criações artísticas dos narradores de fatos, experiências e vivências relativas a Angola, quiçá dos pensamentos e sentimentos relacionados à identidade nacional em sua manifestação particular, angolana.

Teorizando sobre o conceito de “angolanidade”, na literatura, o ensaísta e crítico literário Luís Kandjimbo nos diz:

“a comunidade ou as comunidades angolanas que considero, (...) como sujeito colectivo, o sujeito da angolanidade, é o produtor da cultura, da tradição literária angolana. Esta tradição constitui, no dizer de M.a M.Ngal, ‘um vasto texto virtual e objectivo (...) pré-existente, como uma concentração de determinismos’ (...). Quando o escritor angolano, enquanto indivíduo, empreende a construção do seu texto, está a re-actualizar aspectos da cultura angolana, isto é, ‘o vasto texto virtual e objectivo pré-existente’.” (KANDJIMBO, 1997, s/p).

Pois bem, a guerra, essa textura tão presente, tanto na estrutura física do país (prédios destruídos, terrenos minados, corpos mutilados), quanto na totalidade simbólica relacionada a ele, é um dos elementos mais destacados desse dito “vasto texto virtual”, (a cultura angolana) que é atualizado por atores sociais enquadrados em determinadas situações de âmbito político-cultural, na produção de discursos.

Neste trabalho, trataremos da atualização desse “texto” e de seu elemento destacado (a guerra), efetuada através de dois produtos audiovisuais: o documentário *Para não esquecer Angola* e o programa de TV *Nação Coragem*. Como os atores sociais se referem aos fatos históricos relacionados a Angola? Quais intenções poderiam ser depreendidas a partir da interpretação das posições dadas por esses atores sociais e da consideração de seus lugares de fala? São temáticas que, se não pretendemos dar respostas exclusivas e absolutas, objetivamos, ao menos, explorar em perscrutações, a fim de elaborar mais um fio (de pequenas proporções, é verdade) dessa trama discursiva.

Para não esquecer Angola

O documentário *Para não esquecer Angola* (2005) é um produto da empresa de produção cultural e publicidade, *Maianga Produções*. A empresa, que atua tanto na Bahia, quanto em Angola (Luanda), produz, dentre outros materiais, VTs comerciais



para o Ministério das Comunicações do Governo de Angola, campanhas publicitárias para a Televisão Pública de Angola (TPA) e tem como outros clientes empresas privadas brasileiras e angolanas. O documentário *Para não esquecer Angola* foi exibido na TPA, a empresa pública que é a única emissora de TV do país³.

Com 55 minutos de duração, roteiro e direção de Marcelo Luna (diretor do documentário *O rap do pequeno príncipe contra as almas sebosas*, 2000) e concepção e produção de Sérgio Guerra e Tchizé dos Santos, o documentário tem como tema central a guerra de independência angolana contra o império colonial português, ocorrida entre 1961 e 1975, na qual, três movimentos de libertação nacional⁴ lutaram, separadamente, contra o exército do colonizador. O documentário aborda ainda o período da guerra ocorrida em Angola (de 1975 a 2002), entre dois desses movimentos (atualmente, partidos políticos), MPLA e UNITA, na disputa pelo poder no país e a importante participação dos Estados Unidos e da União Soviética, além de Cuba e da África do Sul, no contexto da Guerra Fria. Na análise de conteúdo que se segue, abordarei alguns dos sub-temas que, através da montagem, vão construindo o filme e o tratamento de seu tema central.

A questão da diversidade cultural é enfrentada logo no início do documentário. Em voz em *off* (do historiador angolano, Américo Kwononoca), são citados os nomes dos vários povos habitantes do país (Kikongo, Kimbundo, Ovimbundo, Lunda Tchokwe, Ganguela, Nhanecathumbe, Ambo, Helelo, Vátua e Koissán). A narração é ilustrada por belas e coloridas imagens dos respectivos povos e das regiões habitadas por eles. No *off*, Kwononoca enfatiza: “mas todos (os povos), ‘tradifundidos’ numa nação, que é a nação angolana, que nasce com a independência nacional”. Logo depois, seguem-se imagens de arquivo (em preto-e-branco) de homens negros trabalhando, sob a supervisão de homens brancos uniformizados, na construção de trilhos de trem. Essas imagens (até então sem áudio) são parte de um filme realizado – provavelmente – pelos portugueses,

³ Apenas em 2006, com a nova Lei de Imprensa, foi quebrado o monopólio estatal, decretado desde a independência, nos setores de Rádio e TV, em Angola (GUIDE, 2007, p. 103). É válido salientar que esse centralismo é coerente com o regime socialista que vigorou em Angola até as eleições de 1992.

⁴ O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), liderado por Agostinho Neto, a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), liderada por Holden Roberto e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), liderada por Jonas Savimbi. Após a independência, o conflito se deu entre o governo nacional do regime socialista do MPLA, apoiado pela União Soviética e Cuba contra a dissidência político-militar da UNITA, apoiada pelos Estados Unidos e o regime do *apartheid* da África do Sul. De 1975 até hoje, o MPLA se mantém no poder em Angola.



em Angola e na década de 1950 (não há créditos sobre esse filme no documentário). Logo, vemos um trecho desse filme (agora com áudio) onde um dos portugueses interpela, com microfone em mãos, um homem negro que estava a trabalhar:

- E o homem branco tem o tratado bem, tem?
- Tem.
- Tem?
- Tem.
- E bom comida aqui?
- Bom comida.
- Bom comida. Ele emendou!

A situação do homem negro apenas repetindo as últimas palavras das perguntas do colonizador soou tão falsa (em relação à, provável, intenção significativa da cena), tão encenada, que o interpelador se viu obrigado a enfatizar, com a redundância, o que era visível, óbvio (“ele emendou”, diz o português, sorrindo e olhando para a câmera, para seu “espectador imaginário”), a fim de tentar tornar a cena um pouco mais convincente. O português, então, finaliza sua entrevista: “Então, gostei muito de te ouvir e de dizer-te que continue a trabalhar aqui com o homem branco, que te trata bem, te dá boa comida e há de tratar-te no futuro cada vez melhor, ouviste?”. Atrás dos interlocutores, o enquadramento mostra ainda vários outros homens. Todos brancos e armados.

Após o trecho descrito e comentado acima, é o tema da *política de assimilação*⁵ que entra em pauta. Em depoimento, o angolano e ex-bispo da Igreja Metodista, Emílio de Carvalho, nos conta:

“O senhor para ser considerado assimilado (...) à cultura portuguesa, tinha que possuir o bilhete de identidade nacional português. E para possuir o bilhete de identidade, a nossa casa teve que ser visitada pelo administrador do conselho daquele tempo, para ver se nós comíamos com garfo, para ver se nós dormíamos numa cama. Nós não dormíamos numa cama, minha mãe arrumou o quarto de tal maneira naquele dia, que nós, quando o administrador apareceu, parecíamos que tínhamos a cultura portuguesa. E assim, foi-me outorgado o bilhete de identidade que me abriu as portas para entrar pro liceu. E no liceu éramos poucos pretos. Contavam-se pelos dedos os pretos naquele tempo”.

⁵ Foi a política implementada pela colonização portuguesa, a partir do fim do século XIX, que visava, em tese, oferecer a possibilidade de uma “aculturação” portuguesa aos habitantes nativos de suas colônias.



De acordo com o cientista político e jornalista George Wright, “Em 1960 (...) menos de 1% da população africana era considerada assimilada” (WRIGHT, 2001, p. 30). O que, certamente, não é um fato a se lamentar, considerando que a assimilação significava a renúncia da cultura já enraizada, em favor da assunção da cultura hegemônica, adquirida por imposição de um decreto e não por experiência historicamente embasada e inconscientemente “naturalizada”.

Após o depoimento de Emílio, são mostradas imagens de arquivo da cidade de Luanda, em 1950. Nelas, vê-se apenas pessoas brancas em momentos de lazer na praia, nas piscinas ou nos campos de futebol e de basquete. O fato é que, embora Portugal tenha mantido contato com o território que veio a ser Angola desde o fim do século XV, foi apenas a partir do século XIX (para demarcar “seu território” ante a investida de impérios mais poderosos, como a Inglaterra) e, mais notadamente, após a Segunda Guerra Mundial, que um grande contingente de portugueses passou a viver em Angola, gerando mais atritos nas relações entre negros, brancos e mestiços no país. Luanda se tornou uma cidade para os brancos, vindos de Portugal, o que abalou os privilégios dos brancos que já habitavam o lugar há mais tempo e dos mestiços, que também tinham vantagens sociais em relação à maior parte da população, os negros. Estes, mesmo após a abolição da escravidão em Portugal e em suas colônias, no ano de 1878, ainda eram vítimas de trabalho compulsório, confisco de terras e cobranças de impostos instituídos pela metrópole.

A segregação colonial, porém, não se restringia ao fenótipo e origem étnica. “Uma família de portugueses, chegada à Angola com um filho natural de Portugal, o segundo filho, nascido em Angola, tinha menos direitos que o irmão vindo de Portugal. Porque o nascido em Angola era *branco de segunda classe*”. É o que nos diz, em depoimento, o angolano Rui Mingas, administrador da Universidade Lusíada de Angola. Sobre a categoria *branco de segunda*, o historiador Sílvio de Almeida Carvalho Filho afirma:

“Brancos, como Pepetela, António Jacinto, Luandino (Vieira) e António Cardoso⁶, sentiam-se exilados no seu próprio país como cidadãos de segunda classe. (...) os brancos nascidos em Angola eram discriminados no acesso a determinados cargos públicos e ao exército. Os metropolitanos no Banco de Angola ganhavam mais que brancos nascidos na colônia, mesmo que ocupassem cargos equivalentes” (CARVALHO, internet, s/p).

⁶ Escritores e poetas angolanos.



Sobre a política de assimilação, Carvalho ainda nos diz: “pretendendo negar o racismo, ao afirmar que a cultura portuguesa encontrava-se potencialmente aberta a todo africano, na verdade, reafirma-o, já que colocava, a priori, todo branco como ‘civilizado’, utilizando critérios de raça para isso” (CARVALHO, *ibid*, s/p).

Abordando o tema das relações culturais e sociais entre colonos e colonizados, o documentário nos traz o depoimento do jornalista português Adulcino Silva, que viveu em Angola até a independência do país, ocasião na qual um grande contingente de brancos partiu (alguns, em retorno) para Portugal.

“Eu admito que houvesse caso de pessoas que tratassem mal os seus semelhantes, eu admito isso (...). Agora, generalizar, eu acho que é uma injustiça (...). Eu sinto-me um injustiçado quando dizem que eu sou racista. Sou racista, como? Se eu até vivi com pretas e mulatas (...). Agora, não sou é de casar. Acho que, sou maluco, mas não sou parvo. Casar não, né?”

Nem o próprio Adulcino, nem o fotógrafo português Manuel Graça, enquadrado junto a ele, contêm os risos com o comentário. No depoimento seguinte, Maria Monteiro, portuguesa, professora da Universidade de Lisboa, comentando sobre o tempo em que viveu em Angola, nos diz:

“Os brancos, os que já lá viviam há muitos anos, viviam numa cotada. Viviam com as mulheres negras, tendo os filhos que queriam, utilizando as pessoas à sua vontade. Percebia-se, perfeitamente, (que) os comerciantes instalados ali há muitos anos (...) viviam numa cotada, com uma consciência perfeitamente tranqüila de que tudo estava bem. Para quem vinha de fora e com um pouco de consciência política, isso é que era muito chocante”.

Após esse depoimento, temos um *fade to black*⁷, indicando o término da sequência, na qual, esta última fala faz menção (indiretamente) à fala anterior, através da montagem. Uma menção crítica sobre aquela outra maneira de perceber a relação colonizador/colonizado, diferente da sua e, provavelmente, da dos produtores do documentário, que decidiram fechar a seqüência com a fala de Maria Monteiro.

A contestação de opinião construída através da montagem é repetida em outra seqüência. O tema agora é sobre se o colonizador foi capaz, ou não, de ter aprendido

⁷ Efeito de transição de imagens no qual o final da primeira cena escurece, enquanto o início da segunda cena se trona nítido, prevalecendo sobre a imagem preta. Funciona como uma elipse.



algo com o colonizado. Em depoimento, o escritor angolano Pepetela afirma: “o colonizador aprende pouco com o colonizado. Porque tem desprezo pelo colonizado. Acaba por não ser capaz de reconhecer, de encontrar, digamos, a cultura do colonizado. Então não aproveita. Aproveita pouco”. Já no depoimento seguinte, de José Pinheiro da Silva, que foi secretário da educação em Angola, no período colonial, temos:

“O europeu também aprendeu com o nativo (pequena pausa) uma coisa muito simples, mas que tem uma importância essencial. É..., ai, vê se me lembro (longa pausa de dez segundos, com algumas divagações), não é só, é..., um sistema alimentar... frutos, por exemplo”.

Aquilo que, normalmente, teria sido descartado como um depoimento ruim, por causa dos silêncios e divagações, aqui, ganha um importante papel, uma vez que a vacilação da resposta confirma o depoimento anterior, a fala de Pepetela.

Os temas expostos, até então, são mostrados como os motivos para o desejo de independência em Angola, ou melhor, como os fatores objetivos que fundamentam o projeto de nação⁸. O documentário articula tanto a temática da exploração colonial no âmbito do trabalho obrigatório imputado aos negros (ilustrada pelas imagens em preto-e-branco, citadas acima), quanto a desvalorização da cultura dos povos nativos daquele território pelo colonizador, através da política de assimilação (desvalorização essa, perpassada, é claro, por interesses econômicos), para formular um panorama da situação angolana pré-independência. Nesse panorama, foi interessante, para os produtores do documentário, demonstrar que a insatisfação com o modelo colonial atingia até mesmo os angolanos brancos (como nos diz Rui Mingas, em seu depoimento citado), preteridos na disputa por empregos valorizados socialmente, em benefício de portugueses recém chegados em Angola. A mensagem passada, então, é a de que o domínio colonial já afetava negativamente quase a totalidade dos habitantes de Angola e que, a partir de então, buscar a autonomia nacional era um objetivo que transcendia diferenças étnicas, fenotípicas ou de classe. Era um objetivo do, “já configurado”, *povo angolano*.

Pois bem, essa mensagem construída através desse panorama histórico da situação angolana pré-independência, corresponde ao objetivo da construção da *etnicidade fictícia*, conceito do qual nos fala Etienne Balibar, quando diz que as populações

⁸ Neste trabalho tomamos o conceito de nação conforme postula Benedict Anderson, “uma comunidade imaginada como limitada e soberana”.



incluídas numa nação são “representadas no passado e no futuro como se (...) formassem uma comunidade natural, dispondo por si próprias de uma identidade de origens, de cultura e de interesses que transcendem os indivíduos e as condições sociais”. (BALIBAR, 1991, s/p). Em *Para não esquecer Angola*, o que é trazido como cimento social, como aquilo que *não deve ser esquecido* e que fundamenta esse sentido “natural” de pertencimento do *povo angolano* são duas experiências históricas: a do sofrimento dos males causados pela colonização portuguesa (como uma dimensão mais latente do sentimento de nacionalidade) e a da vitória sobre essa colonização, na Guerra de Independência (como uma dimensão mais manifesta).

Balibar destaca ainda que o fato de ser fictícia, não é sinônimo de que seja falsa, mas, sim, construída. E construída dentro dos enquadramentos político-culturais em que se encontram todos os atores sociais, no nosso caso, o governo angolano do MPLA e seu projeto de nação.

O racismo contra os mestiços e, sobretudo, contra os negros, presente na estrutura da colonização (tão bem ilustrado pelo depoimento de Adulcino Silva), também era, como nos diz Carvalho, “fator desintegrador da coesão social em torno de objetivos nacionais básicos” (CARVALHO, *op. cit.*, s/p). Racismo esse que também se manifestava em reações de negros e mestiços contra brancos (e entre si), gerando um quadro de instabilidade incongruente com o objetivo de produção de consenso, próprio do Estado nacional. O depoimento do ex-bispo Emílio fecha essa etapa do documentário: “A guerra da independência surgiu fundamentalmente por causa desta situação. Nós queríamos ver-nos livres do racismo, da opressão colonial. Também surgiu por que havia outras colônias, em África, que estavam a conseguir sua independência”.

Entrando no tema da disputa de poder no país, após a independência, o deputado da UNITA, Jorge Valentim, comenta, em depoimento, a situação da época e sua complexidade:

“Nem o governo português estava muito convencido do Alvor⁹, nem os três movimentos estavam convencidos (...). Todos quiseram, é, utilizar o Alvor, até que um dos partidos se tornasse o mais forte e tomasse o poder. Porque naquele tempo, na ideologia mundialmente conhecida e abraçada pelos três

⁹ Acordo assinado em janeiro de 1975, entre Portugal, MPLA, UNITA e FNLA, que estabelecia parâmetros para a partilha do poder, após a independência. Não foi respeitado por nenhuma das partes.



movimentos, (...) o poder tinha de se tomar pela força. As eleições marcadas no Acordo de Alvor, não estavam no coração de nenhum dirigente (...). O próprio governo português (...) já tinha escolhido o seu aliado. De maneira que, então, todo o sistema estava viciado. Os americanos de um lado, queriam que a FNLA ou a UNITA ganhassem, a Rússia dizia que ‘o MPLA tem que ganhar’. Então, o sistema estava viciado. Quem é que pagou? Pagaram os angolanos”.

Esse é um dos pontos que George Wright elucida, em seu livro sobre a política dos Estados Unidos para Angola no contexto da Guerra Fria. Tendo apoiado Portugal durante todo o período da guerra de independência angolana, pelo interesse estratégico no arquipélago de Açores, propriedade portuguesa, os Estados Unidos, após a independência de Angola, passaram a apoiar financeira e militarmente (com armas e equipamentos) tanto a FNLA, quanto a UNITA, pois o governo nacional do MPLA estava alinhado com o bloco socialista. Segundo Wright:

“No início de 1986, a Administração Reagan concede à UNITA 15 milhões de dólares dos financiamentos secretos da CIA. Nesta ajuda estavam incluídos mísseis antiaéreos (...), armas antitanques, canhões (...), munições e combustíveis. (...) O compromisso militar dos Estados Unidos para com a UNITA aumenta depois de 1986, sendo de 15 milhões em 1987, 30 milhões em 1988 e 50 milhões em 1989” (WRIGHT, *op. cit.*, p. 248).

O resultado dessa “ajuda” é o próprio Wright quem nos conta: “Entre 1981 e 1988, morreram cerca de 60.000 combatentes e 435.000 civis (incluindo 331.000 crianças)” (WRIGHT, *ibid.*, p. 249). Além disso, os Estados Unidos só reconheceram Angola como nação em 1993, na Administração Clinton.

No depoimento seguinte, Rui Mingas caracteriza o MPLA e o quadro em que ocorre a disputa pelo poder, após a independência:

“à África do Sul e ao ocidente não interessava nada que ascendesse ao poder um partido que eles classificavam como ‘os comunistas’. O MPLA era um grupo progressista, de gente que tinha uma visão muito correta do que é que devia ser uma Angola independente. Mas esta não era a imagem mais importante. Era preciso impedir, que ascendesse ao poder em Angola, um movimento que representava a corrente mais progressista”.

É esse agente social, o governo nacional do MPLA, que hoje se esforça em fundamentar a gênese da nação angolana na vitória contra a colonização portuguesa e em construir o povo angolano como diversos povos que são um só povo, sobre a égide de uma única



bandeira. Como nos diz Balibar, “o problema fundamental (do Estado) é (...) a produção do povo. (BALIBAR, *op. cit.*, s/p).

O documentário é finalizado com o tema do sentimento de união resultado pelo enfrentamento de um inimigo em comum, o colonialismo português (embora, na prática, MPLA, FNLA e UNITA tenham lutado separadamente, na guerra de independência e tenham disputado o poder, após esta, numa guerra fratricida). O depoimento de Jorge Valentim, da UNITA, ilustra esse sentimento: “Por causa do colonialismo, éramos tão irmãos (...). Eu, por exemplo, quando estive lá na Europa, eu cantava kimbundo, sem saber o que estou a cantar, era a música do *Ngola Ritmos*. Eu dançava a música do *Ngola Ritmos* como nacionalismo”¹⁰.

Os depoimentos selecionados para finalizar a obra demarcam a constituição da nação angolana como um resultado presente. O escritor angolano N’Dunduma, em depoimento, afirma: “Agora nós temos identidade própria, somos independentes, temos dignidade. E hoje estamos num ponto de partida”. É a essa perspectiva, de alguém que olha para o passado, para trazer ao presente algo que *aconteceu*, que se refere Martín-Barbero, (citando J. M. Marinás e H. Bhabha) ao tratar da relação constitutiva entre narração e identidade: “não há identidade cultural que não seja contada” (MARTÍN-BARBERO, 2006, p. 63). Mas o presente ainda reserva desafios para a consolidação e permanência da identidade nacional angolana. José Eduardo Agualusa, também escritor e angolano, aborda a importante questão da relação entre diversidade e uniformidade, sempre presente na constituição de nacionalidade. Em depoimento, diz:

“Uma das coisas (...) que acontece em Angola sistematicamente é a negação da angolanidade do outro. Dizer, ‘este não é angolano, porque é congolês, aquele não é angolano, porque é cabo-verdiano, aquele outro não é angolano, porque é português’ e ninguém é angolano. (...) É preciso quebrar isso e dizer, ‘nós somos todos angolanos e há 12 ou 13 milhões de maneiras diferentes de ser angolano, não há uma única maneira’.

Contando a história da nação, na atualização do “vasto texto virtual” formado pela cultura e pelas traumáticas experiências históricas vividas em Angola, o governo do país consegue dar um sentido às experiências atuais do povo angolano. No entanto, como

¹⁰ A UNITA, ex-movimento revolucionário e atual partido político, do qual Valentim faz parte, tem base étnica no povo Ovimbundo, que fala a língua umbundo. Já a língua kimbundo, é falada pelos Mbundos (ou Ambundos), representados pelo MPLA.



ressalta Agualusa, questões são impostas, no presente, a esse projeto. Essas questões são o foco do nosso segundo objeto de análise.

Nação Coragem

O programa de TV *Nação Coragem* foi uma revista eletrônica semanal, produzida pela *Marketing Link* (também com participação de jornalistas e publicitários brasileiros), contratada pelo Ministério das Comunicações de Angola e era exibido na TPA, nas segundas-feiras, às 20h30min. Criado em 1999, quando ainda havia guerra no país, teve no quadro *Ponto de Reencontro* um de seus maiores sucessos, sendo objeto de matérias até mesmo do *New York Times*. No quadro, vários angolanos deixavam mensagem à procura de parentes e amigos desaparecidos durante os anos de guerra. Após o término do conflito, o programa foi substituído por outra revista eletrônica, o *Angola em Movimento*.

Apresentado pelos angolanos Lito Costa e Stella Marisa, o programa inicialmente se concentrava na cobertura dos conflitos entre as Forças Armadas Angolanas (FAA) e as tropas da UNITA, sendo uma importante voz do governo na arrancada final da guerra. Em 2002, com o término da guerra em Angola, o programa se concentra nas mensagens de integração nacional.

As edições do programa tomadas como objeto da análise totalizam o número de seis. Quatro, dos meses de fevereiro e março (dias 25/02, 04/03, 18/03 e 25/03) e duas do mês de maio (dias 06/05 e 13/05), do ano de 2002. Esse período é um dos mais importantes da história angolana, pois, no dia 22 de fevereiro de 2002, Jonas Savimbi, líder da UNITA, havia sido abatido pelo exército nacional das FAA, fato esse que inicia o término do conflito originado em 1975. Assim, temas como a repercussão da morte de Savimbi no exterior, as reuniões de negociação de paz entre as forças militares das FAA e da UNITA (ocorridas nos dias 15, 19 e 23 de março de 2002) e a repercussão internacional da proclamação oficial da conquista da paz no país (ocorrida no dia 04 de abril de 2002) são objetos de importantes reportagens feitas pelo programa.

As mensagens de integração nacional são constantemente reiteradas nos quadros e reportagens do programa, nesse período. No encerramento da edição de 18 de março, o



apresentador Lito Costa enfatiza a necessidade de união para o futuro de Angola: “Construir um país é uma tarefa de muitos e de mais de uma geração. É obra que se coloca acima de ideologias, de projetos pessoais, de divergências ocasionais. A paz está em nossas mãos”. Sobre o tema da integração nacional, Renato Ortiz (tratando da Ideologia de Segurança Nacional, no caso brasileiro) nos fala sobre a posição ocupada pelo Estado: “Uma vez que a sociedade é formada por partes diferenciadas, é necessário pensar uma instância que integre, a partir de um centro, a diversidade social” (ORTIZ, 1994, p. 115). Essa integração é o objetivo do Governo de Angola, conclamando o povo na mensagem de Lito Costa.

Outro tema que ocupou várias reportagens feitas pelo programa, nesse período, foi o do reconhecimento internacional da nova situação, de paz, em Angola. Na edição de 04 de março, no quadro *Ponto de Vista*, espaço reservado para o jornalismo opinativo do programa, o jornalista Luís Domingos comenta a repercussão da morte de Savimbi nos Estados Unidos.

“Senhoras e senhores, o mundo tem hoje os olhos virados para o nosso país, a comunidade internacional nunca apostou tanto no processo de paz como agora, que Savimbi está morto. Os americanos reconhecem que a África é um continente promissor e Angola, o país do futuro. (...) O governo americano está com pressa e tem interesse que a paz chegue logo ao nosso país. Os antigos aliados de Jonas Savimbi consideram absurdo que um país tão rico se transforme numa terra de miséria. (...) Os americanos podem vir a ser fortes aliados do governo angolano nesta fase de pacificação e reconstrução (...). Mas tudo, tudo depende mesmo de nós”.

O tom efusivo da fala de Luís (“o mundo tem hoje os olhos virados para o nosso país”) é bastante compreensível, se levarmos em conta a dimensão da situação. Era momento de mostrar ao mundo que o último capítulo da fase de nascimento da nação, a guerra fratricida, havia acabado, trazendo assim, novas páginas marcadas pela paz e pela fatura dos grandes investimentos estrangeiros, sobretudo, americanos. E essa paz nacional, desejosamente “perpétua” (e obliterante de diferenças de classe, por exemplo), é conseqüência da integração nacional resultada da consensual “produção do povo”, que tem intenções, óbvias, de âmbito interno, nacional, mas também de âmbito externo, internacional, pois essa produção tem, também, como seu objetivo, “produzir o efeito da unidade graças à qual o povo aparecerá, aos olhos de todos, ‘como um povo’, (...) como a base e origem do poder político (BALIBAR, *op. cit.*, s/p). Orozco Gómez, tratando da



centralidade do reconhecimento na configuração contemporânea da identidade, nos lembra ainda que, “Reconhecimento, que só é possível graças à tecnologia mediática que permite ter visibilidade em telas e que cada vez mais se torna sinônimo dela” (GOMÉZ, 2006, p. 93). Assim, a inserção do *sujeito* nação angolana na esfera de visibilidade pública é de vital importância (sobretudo, econômica) para o governo do país.

Nas edições dos dias 06 e 13 de maio, é exibida uma série de reportagens especiais feitas no Brasil, também tematizando a repercussão internacional da recente (na época) situação de paz em Angola. São entrevistados, no *Especial Brasil*, os políticos Aluizio Mercadante e Aldo Rebelo, artistas brasileiros populares em Angola como Djavan, Martinho da Vila e Roberta Miranda, além do diplomata Ovídio de Andrade Mello, nomeado embaixador do Brasil em Angola, no ano de 1975, quando foi o responsável pelo primeiro reconhecimento internacional da independência do país. Esse fato até hoje é efetivo na consideração especial que os angolanos têm pelo Brasil.

No *Ponto de Vista*, quadro marcadamente voltado para o jornalismo opinativo, vemos, num enquadramento em plano médio, toda a gesticulação que acompanha as palavras de Luís, dando assim, maior ênfase à mensagem do programa. Tratando do tema dos combatentes da UNITA, que voltavam a se integrar à população nacional, após o término da guerra, Luís, na edição do dia 06 de maio, discursa:

“Volto a apelar ao senhor e à senhora para acolhermos com carinho, muita amizade, esses nossos irmãos que necessitam com certeza de nossa ajuda, da nossa compreensão. Esse é o grande desafio da paz. Muitas dessas pessoas que estão a regressar hoje viveram anos e anos nas matas. Muitas não sabem mais onde encontrar a família, onde achar os seus amigos, eles vêm cheios de receio e trazem muitas incertezas. É por isso que temos de enterrar de vez o passado e superar as diferenças. Não importa mais quem tinha razão, quem estava certo ou menos correto. Vamos trabalhar juntos, por que só assim estaremos sempre a sorrir. Dizia o presidente José Eduardo dos Santos¹¹: ‘quem ama verdadeiramente a paz, tem de saber perdoar’. E eu digo: ‘saibamos perdoar, para consolidar essa paz que conquistamos com suor e muito sacrifício. Boa noite a todos.’”

¹¹ José Eduardo dos Santos assumiu a liderança do MPLA e a presidência da República Popular de Angola, em 1979, com a morte de Agostinho Neto. No poder até hoje, foi eleito presidente nos anos de 1992 e 2008, únicas eleições presidenciais ocorridas em Angola.



O programa investe ainda na produção de clips (alguns, musicais), também com a necessária temática da integração nacional. Na edição do dia 13 de maio, ilustrados por imagens históricas de eventos importantes ocorridos no país e por belas imagens da vida cotidiana, ouvimos, num desses clips, os seguintes trechos da narração:

“Levantamos a voz de um povo e fundamos uma pátria (...) e quando foi preciso, mudamos de rumo e de opinião (...) uma coragem ainda maior e mais nobre de reconciliar. Hoje, como ontem, a vida nos pede coragem, coragem para respeitar diferenças (...). Coragem é a vida da nossa nação”.

Da junção da narração com as imagens, fica patente a menção a importantes acontecimentos da história angolana. Da independência (Levantamos a voz de um povo e fundamos uma pátria), às primeiras eleições ocorridas no país, em setembro de 1992 (quando foi preciso, mudamos de rumo e de opinião), do recente fim da guerra em 2002 (uma coragem ainda maior e mais nobre de reconciliar) aos rumos esperados para o país, após o cessar-fogo, no que diz respeito às divisões político-militares e étnicas (Hoje, como ontem, a vida nos pede coragem, coragem para respeitar diferenças).

Conclusão

Angola é um país que ainda não conta com uma unidade lingüística, sendo que o português, língua oficial, convive com outras línguas nacionais, mas, também, progressivamente, diminui o número de falantes destas. Em termos “raciais”, também não há uma unidade, pois, ainda que em pequeno número, há brancos angolanos e também mestiços, sendo a maioria negra. Assim, é a experiência histórica da luta e da vitória contra a colonização que é acessada como fundamento da *etnicidade fictícia* que, no caso de Angola, encontra-se em plena construção. Daí a importância do relato histórico, mas, também, das permanentes mensagens com foco na integração nacional.

O documentário *Para não esquecer Angola*, assim como o programa de TV *Nação Coragem*, são atualizações daquele “vasto texto virtual” citado por Kandjimbo. E o agente social majoritariamente responsável por essa atualização é o governo angolano. Majoritariamente, porque não devemos desconsiderar a participação de outros atores sociais na realização das produções, como, por exemplo, as equipes de trabalho dos dois produtos. E, além disso, devemos entender o governo angolano aqui, não como um agente social isolado, mas como uma força social que influencia, mas que também é



influenciada por outras forças sociais. No entanto, as escolhas de tratamento dos conteúdos abordados nas duas produções têm no governo angolano, na sua história e tradição e, sobretudo, em seu projeto de nação, seu responsável maior, em termos discursivos.

Referências bibliográficas

BALIBAR, Etienne. **A forma nação: história e ideologia**. In: WALLERSTEIN, Immanuel. BALIBAR, Etienne. *Race, Nation, Class: Ambiguous Identities*. London & New York; Verso, 1991.

CARVALHO FILHO, Sílvio de Almeida. **As relações étnicas em Angola: as minorias branca e mestiça (1961-1992)** Disponível em:
<http://www.angolanistas.org/ZAZprincipal/r_eticas.htm#_ftn70>. Acesso em: 02 dez. 2008.

GÓMES, Guillermo Orozco. “**Comunicação social e mudança tecnológica: um cenário de múltiplos desordenamentos**”. In: MORAES, Denis de (Org.). **Sociedade Midiatizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

GUIDE, Antônio Marcos de. **TPA - O Modelo de TV Pública de Angola**, 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação: Jornalismo Comparado) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

KANDJIIMO, Luís. **Angolanidade: o conceito e o pressuposto**. In: **Apologia de Kalitangi, ensaio e crítica**. Luanda: Instituto Nacional do Livro e do Disco, 1997. Disponível em:
<<http://www.nexus.ao/kandjimbo/kalitangi/>>. Acesso em: 28 nov. 2008.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. “**Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século**”. In: MORAES, Denis de (Org.). **Sociedade Midiatizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

MURARO, Andrea Cristina. Entrevista com Ondjaki. In: **As 'prendisajens' poéticas em Ondjaki: dimensões da metáfora 'xão'**. 2006. Dissertação (Mestrado em Literatura e Crítica Literária) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira. Cultura brasileira e indústria cultural**. São Paulo, Brasiliense, 1994.

WRIGHT, George. **A destruição de um país. A política dos Estados Unidos para Angola desde 1945**. Editorial Nzila. Coleção Ensaio 5. Luanda, 2001.